

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período. **Comentários Gerais** - No ano de 2014, a economia global foi influenciada positivamente pela continuação da recuperação da economia dos EUA e o bom desempenho de outros mercados desenvolvidos, como o do Reino Unido. No entanto, o crescimento manteve-se abaixo do previsto em função da menor expansão dos países emergentes e da zona do Euro. A economia chinesa manteve-se com o ritmo de crescimento muito próximo a meta estabelecida pelo governo e um pouco superior às expectativas do mercado. Cabe destacar, a grande desvalorização na cotação das *commodities*, em especial do petróleo, verificada no final do ano, tendo como fundamento a produção recorde de petróleo e de gás de xisto nos EUA e o crescimento mais modesto da economia chinesa. No Brasil, a atividade econômica continuou com baixo desempenho, influenciada por um cenário político conturbado devido às eleições, maior número de feriados em função da Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, inflação em alta levando o governo a promover incremento na taxa SELIC e graves problemas fiscais. Este cenário somado ao risco iminente de racionamento de água e energia no país aumentou as incertezas, gerando uma desvalorização do real. Para a indústria, o ambiente seguiu de imensas dificuldades, com baixos investimentos, enfraquecimento do consumo, forte penetração de produtos importados e acúmulo de estoques. Relativamente a Companhia temos a ressaltar: a) investimento da ordem de R\$ 8 Milhões para realização de parada programada de 20 dias, no final do primeiro semestre, da unidade de metanol, seu principal produto; b) redução dos preços no mercado nacional em relação à paridade de importação, devido ao acirramento da concorrência no mercado de revenda de metanol importado, e da política de quotas implantada pelo Governo Federal para importação de metanol com redução da alíquota de importação de metanol de 12% para 0%; c) utilização de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa de Contribuição sobre o Lucro, promovido pelo Programa do Governo de Refinanciamento de Débitos de Impostos (REFIS), para liquidação dos parcelamentos de impostos federais registrado no passivo da Companhia, ocorrido no mês de novembro de 2014. **Produção e Vendas Consolidadas - Metanol** - A planta de metanol produziu 77,9 mil toneladas em 2014, contra 83,9 mil toneladas em 2013, decréscimo de 7,2%. Essa redução teve como principal motivação a parada de 20 dias da produção para manutenção programada da unidade. Parte da produção (29,1 mil toneladas em 2014 e 28,3 mil toneladas em 2013) foi direcionada para consumo interno na produção de formaldeído. Com relação às quantidades vendidas, a comercialização de metanol produzido totalizou 48,6 mil toneladas, contra 54,3 mil toneladas no ano anterior, diminuição de 10,7%. No segmento de revenda, foram comercializadas 36,9 mil toneladas contra 67,1 mil toneladas no ano de 2013, diminuição de 45%. Esta retração foi ocasionada por uma maior competição verificada neste mercado. **Formaldeído (Formol)** - As plantas de formol produziram um total de 65,8 mil toneladas em 2014 versus 63,3 mil toneladas no ano anterior, incremento de 3,9%. Do total produzido, foram utilizadas internamente 14,8 mil toneladas para a produção de hexametilenotetramina em 2014, contra 14,2 mil toneladas em 2013. As vendas do formol registraram 51,4 mil toneladas em 2014, contra 49,1 mil toneladas do ano anterior, crescimento de 4,7%. **Hexametilenotetramina (Hexa)** - A planta de hexametilenotetramina (Hexa) produziu um total de 4,1 mil toneladas em 2014, contra 3,8 mil toneladas em 2013, crescimento de 7,9%. As vendas em 2014 totalizaram 4,1 mil toneladas contra 3,8 mil toneladas do ano anterior, também com crescimento de 7,9%. **Sistema de Gestão Integrado - SGI** - A COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste é uma empresa brasileira que direciona seus esforços buscando alcançar o nível de excelência de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Atuando de maneira socioambiental responsável a fim de galgar crescimento sustentável, a COPENOR vem pautando suas ações visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço. Confirmando sua disposição em atender aos princípios e aos requisitos anteriormente citados, a COPENOR mantém a certificação de seu Sistema de Gestão Integrado - SGI, que engloba as normas ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, submetendo-se a 02 auditorias externas por ano através da empresa certificadora BSI Brasil. Com a conclusão e implantação do projeto Gestão por Processos, a COPENOR teve mapeado todas as atividades da empresa, o que possibilitou a definição de Indicadores de Desempenho para todos os seus processos. Estes Indicadores são monitorados diariamente e avaliados mensalmente em reunião envolvendo toda a liderança, permitindo um acompanhamento sistematizado da performance geral da empresa e correções de rumo daqueles processos com tendência desfavorável ou com não atingimento das metas estabelecidas. Desta forma, o Sistema de Gestão foi consolidado em toda a empresa, contribuindo para o gerenciamento do desempenho das atividades, para a eliminação da recorrência de erros e, conseqüentemente, para a redução de custos e aumento da eficácia da Companhia como um todo. **Recursos Humanos** - No ano de 2014, foi dado continuidade ao Programa Anual de Treinamento de seus profissionais, especialmente em razão das necessidades de manutenção do processo do SGI e do Programa de Melhoria na Qualificação dos seus empregados; ademais, foi dada continuidade ao SGD - Sistema de Gestão do Desempenho, o qual é um instrumento estruturado sobre dois vetores - metas e competências. O primeiro estabelece vínculos claros entre as metas anuais da empresa e aquelas das diversas unidades (Diretorias, Gerências e Coordenadorias) que integram a estrutura de comando. Já o segundo, definido a partir de dois modelos de competências desenhados sob medida para a realidade da COPENOR, completa a estrutura do SGD sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais nela havidas, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento atitudinal de seus gestores e colaboradores individuais. Adicionalmente, além de orientar, de forma clara, a melhoria contínua da habilidade gerencial dos profissionais de comando, constitui-se num dos pilares do planejamento sucessório da empresa. A combinação dos dois vetores viabiliza o planejamento e avaliação de desempenho dos profissionais envolvidos e a gestão dos resultados deste processo de desenvolvimento organizacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA				
EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais)				
	2014		2013	
	Valor	% ROL	Valor	% ROL
Receita Líquida	184.232		212.538	
Custo dos Produtos Vendidos	(143.440)	-78%	(160.392)	-75%
Depreciação dos Produtos Vendidos	(8.502)	-5%	(5.139)	-2%
Total do CPV	(151.942)	-82%	(165.531)	-78%
Lucro Bruto	32.290	18%	47.007	22%
1 - Despesa com Vendas	(12.638)	-7%	(12.567)	-6%
2 - Despesas Gerais, Administrativas e Honorários	(12.938)	-7%	(12.345)	-6%
3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.900)	-2%	(3.396)	-2%
4 - Perda na alienação de ativo imobilizado	(1.886)	-1%	-	0%
5 - Despesa com ociosidade (Capacidade ociosa)	(604)	0%	(798)	0%
EBITDA	8.826	5%	23.040	11%
6 - Depreciação e Amortização	(1.940)	-1%	(1.699)	-1%
7 - Resultado Financeiro Líquido	(5.015)	-3%	(5.404)	-3%
Despesas Operacionais (1+2+3+4+5+6+7)	(38.921)	-21%	(36.209)	-17%

Análise do Desempenho Operacional

Receita Líquida - A receita líquida teve uma redução de 13% em relação a 2013, motivada especialmente pela diminuição da quantidade de metanol revendido e de produção própria em função da parada para manutenção da planta de metanol. **LUCRO BRUTO** - O lucro bruto no exercício social de 2014 apresentou uma diminuição de 31%, influenciado pelo aumento das matérias-primas, especialmente o gás natural, e a redução de preços do metanol no segundo semestre, parcialmente compensada pelo efeito da desvalorização cambial, além da retração da venda de metanol importado para revenda. **DESPESAS OPERACIONAIS** - Do lado das despesas operacionais, houve um incremento pontual de 7%, sendo mais significativo a perda de R\$ 1.798 registrada no grupo alienação de ativo imobilizado no exercício de 2014, referente à baixa da planta antiga de pentaeritrólito paralisada em 2007 devido ao mercado. Houve ainda o aumento de 5% nas despesas gerais e administrativas, reflexo das correções salariais e nos serviços de terceiros pela inflação. Adicionalmente, merece destaque o incremento das despesas ocorrido no item outras receitas (despesas) operacionais da ordem de R\$ 504 mil, relacionado em sua maioria a provisões para contingências trabalhistas.

EBITDA - (Em milhares de reais)				
	2014		2013	
	Valor	% ROL	Valor	% ROL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	184.232		212.538	-13%
(+) Resultado financeiro líquido	(6.631)		10.798	-161%
(+) Depreciação e amortização	5.015		5.404	-7%
EBITDA	10.442		6.838	53%
MARGEM EBITDA (*)	4,79%		10,84%	-62%

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(+) Resultado financeiro líquido

(+) Depreciação e amortização

EBITDA

MARGEM EBITDA (*)

(*) A Margem EBITDA é o EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida

A EBITDA da Companhia no exercício social de 2014 registrou R\$ 8.826 mil, que comparada com o ano anterior de R\$ 23.040 mil apresenta um decréscimo na ordem de R\$ 14.214 mil, ou seja, 62%. Como explicado acima, a maior parte desse decréscimo veio em decorrência dos efeitos pontuais nas despesas operacionais, somada a redução no volume de revenda de metanol importado. **Resultados Consolidados** - Em 31 de dezembro de 2014, foram apurados lucros de R\$ 5.280 mil na controladora e R\$ 5.922 mil no consolidado enquanto que no exercício de 2013 foram apurados lucros de R\$ 6.195 mil na Controladora e R\$ 6.985 mil no Consolidado. Cabe destacar que, apesar do menor lucro operacional influenciado por questões pontuais como a provisão para perdas trabalhistas e o efeito da baixa da planta antiga de pentaeritrólito, a Companhia conseguiu manter o mesmo nível de lucro líquido auferido no exercício anterior, especialmente pelos efeitos positivos advindos da contabilização da utilização dos Prejuízos Fiscais e da Base de Cálculo Negativa de CSSL para pagamento do passivo tributário. Adicionalmente, é importante registrar a diminuição significativa no Grau de Endividamento da Companhia, que mede a participação do capital de terceiros, que passou de 102% em 2013 para 89% em 2014. A Administração, mesmo diante do resultado positivo, está propondo a não distribuição de dividendos em função de ainda possuir prejuízos acumulados da ordem de R\$ 68 milhões. **Relacionamento com os Auditores Independentes** - A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2014, não houve contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes da Companhia. **Perspectivas** - Para o exercício de 2015, a Administração, não obstante a retração dos preços do metanol no mercado internacional no último trimestre de 2014, está confiante na continuidade dos resultados positivos, em função dos reflexos favoráveis advindos da desvalorização do real no preço de seus principais produtos e da continuação da recuperação das vendas de metanol. A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores.

Camaçari, 18 de março de 2015.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	NE	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.292	14.700	5.644	14.996	Fornecedores	5.322	12.725	5.444	12.799	
Contas a receber	7	15.708	12.984	15.808	13.024	Empréstimos e financiamentos	12	25.619	22.122	25.619	22.122
Estoques	8	19.429	18.890	19.429	18.890	Tributos a recolher	1	1.411	4.712	1.411	4.712
Tributos a recuperar	9	2.267	4.262	2.267	4.262	Parcelamento de tributos	16	-	344	-	344
Despesas antecipadas		281	308	281	308	Provisões para férias e encargos		2.759	2.350	2.759	2.350
Instrumentos financeiros derivativos	12	1.371	826	1.371	826	Provisão para participações nos lucros		-	1.000	-	1.000
Outros ativos circulantes		714	1.950	714	1.950	Cláusula quarta a pagar	15	1.375	1.375	1.375	1.375
Total do ativo circulante		45.062	53.920	45.514	54.256	Outros passivos circulantes		2.925	2.201	2.925	2.201
Não circulante						Total do passivo circulante		39.411	46.829	39.533	46.903
Contas a receber	7	3.288	3.288	3.288	3.288	Não circulante					
Tributos a recuperar	9	5.682	6.981	5.682	6.981	Empréstimos e financiamentos	12	15.451	9.002	15.451	9.002
Depósitos judiciais	15	4.234	3.121	4.234	3.121	Parcelamento de tributos	16	-	3.350	-	3.350
Despesas antecipadas		-	673	-	673	Valores a pagar a partes relacionadas	13	4	4	4	4
Valores a receber de partes relacionadas	13	18.614	1.745	18.614	1.745	Tributos diferidos	14	5.220	5.564	5.220	5.564
Instrumentos financeiros derivativos	12	523	190	523	190	Cláusula quarta a pagar	15	-	1.375	-	1.375
Investimentos	10	977	908	646	646	Total do passivo não circulante		3.791	1.366	3.791	1.366
Imobilizado	11	56.798	62.007	56.798	62.007	Patrimônio líquido		24.466	20.661	24.466	20.661
Intangível		442	477	442	477	Capital social		112.960	112.960	112.960	112.960
Diferido		1.415	2.058	-	-	Reservas de capital		16.128	16.128	16.128	16.128
Total do ativo não circulante		91.973	81.448	90.227	79.128	Reserva de lucros		251	251	251	251
						Ajuste de avaliação patrimonial		10.136	10.803	10.136	10.803
						Prejuízos acumulados		(66.317)	(72.264)	(67.733)	(74.322)
						Total do patrimônio líquido		73.158	67.878	71.742	65.820
Total do ativo		137.035	135.368	135.741	133.384	Total do passivo e do patrimônio líquido		137.035	135.368	135.741	133.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados		Controladora		Consolidado	
	Capital social	Correção monetária do capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal						Total	Baixa do ativo diferido		Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013	112.960	182	15.946	251	11.473	(79.129)	-	-	-	61.683	(2.848)	-	58.835
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.015)	1.015	-	-	-	-	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	345	(345)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.195	-	-	6.195	6.195	790	-	6.985
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.960	182	15.946	251	10.803	(72.264)	-	-	-	67.878	(2.058)	-	65.820
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.011)	1.011	-	-	-	-	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	344	(344)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.280	-	-	5.280	5.280	642	-	5.922
Saldos em 31 de dezembro de 2014	112.960	182	15.946	251	10.136	(66.317)	-	-	-	73.158	(1.416)	-	71.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação expresso em reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	21	183.744	212.143	184.232	212.538
Custo dos produtos vendidos	22	(152.129)	(165.969)	(151.942)	(165.531)
Lucro bruto		31.615	46.174	32.290	47.007
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(12.638)	(12.563)	(12.638)	(12.567)
Gerais e administrativas	22	(11.246)	(10.325)	(11.246)	(10.325)
Honorários dos administradores	13	(2.217)	(2.487)	(2.217)	(2.487)
Participação dos empregados e administradores					
Ociosidade	18	(2.021)	(1.350)	(2.021)	(1.350)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(5.814)	(3.396)	(5.814)	(3.396)
Equivalência patrimonial	10	69	68	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(2.471)	14.091	(1.865)	14.852
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	4.214	2.983	4.214	2.983
Despesas financeiras	23	(6.129)	(4.953)	(6.130)	(4.954)
Varição cambial, líquida	23	(3.136)	(3.463)	(3.099)	(3.433)
Lucro (prejuízo) antes da tributação		(7.522)	8.658	(6.880)	9.448
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	(3.213)	-	(3.213)
Incentivo fiscal - SUDENE	14	-	405	-	405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	12.802	345	12.802	345
Lucro líquido do exercício		5.280	6.195	5.922	6.985
Quantidade de ações ao final do exercício		6.659.842.229	6.659.842.229		
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	24				
Ordinárias		0,0002	0,0003		
Preferenciais "A"		0,0012	0,0014		
Preferenciais "B"		0,0012	0,0014		
Preferenciais "C"		0,0012	0,0014		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(7.522)	8.658	(6.880)	9.448
Ajustes de:				
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	5.253	4.604	5.253	4.604
Depreciação e amortização	11.449	7.667	10.807	6.877
Equivalência patrimonial	(69)	(68)	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.088	118	1.088	118
Constituição de provisão para perdas no imobilizado	1.886	-	1.886	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.985	-	2.985
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.425	43	2.425	43
Instrumentos financeiros derivativos	(398)	(1.016)	(398)	(1.016)
	14.112	22.991	14.181	23.059
Varições nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(2.724)	(3.010)	(2.784)	(2.894)
Estoques	(539)	(2.896)	(539)	(2.896)
Tributos a recuperar	3.294	(1.199)	3.294	(1.199)
Valores a receber de partes relacionadas	(6.940)	(4.131)	(6.940)	(4.131)
Outros ativos operacionais	823	2.546	823	2.546
Fornecedores	(7.403)	2.596	(7.355)	2.526
Tributos a recolher	(3.301)	550	(3.301)	550
Provisões para férias e encargos	409	47	409	47
Parcelamento de tributos	(1.165)	(115)	(1.165)	(115)
Outros passivos operacionais	(1.650)	(4.810)	(1.651)	(4.810)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.211)	(2.002)	(2.211)	(2.002)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações	(7.295)	10.567	(7.239)	10.681
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Intangível	(56)	(301)	(56)	(301)
Adição ao imobilizado	(8.481)	(3.400)	(8.481)	(3.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.537)	(3.701)	(8.537)	(3.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	31.646	27.504	31.646	27.504
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(24.742)	(23.525)	(24.742)	(23.525)
Liquidação de instrumentos financeiros	(480)	-	(480)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(6.424)	3.979	(6.424)	3.979
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(9.408)	10.845	(9.352)	10.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.700	3.855	14.996	4.037
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.292	14.700	5.644	14.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	5.280	6.195	5.922	6.985
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	5.280	6.195	5.922	6.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste ("Copenor" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela Metanol S.A. - Metanol do Nordeste. A sede da Companhia está localizada na Rua Eteno, nº 1.042, Polo Petroquímico de Camaçari-Bahia, sendo a mesma produtora de Metanol, Formaldeído, Hexametilenotetramina, além de comercializar outros produtos químicos e petroquímicos importados. O metanol e seus derivados, principais produtos acabados da controlada Copenor, são importantes matérias-primas ou insumos para os segmentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha, etc. Em 15 de maio de 2013, foi deferido pela Justiça o pedido de recuperação judicial da GPC Participações S.A. e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A.. A GPC Participações S.A. permanecerá em Recuperação Judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação entregue ao Juízo em 24 de junho de 2013 nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/05, e que vencem em até dois anos após aprovação do Plano pela Assembleia de Credores. A Companhia constituiu provisão para perda de parte do valor registrado no contas a receber junto à GPC Química, com base na parcela máxima de desconto (46,1%) sugerida pelo Plano de Recuperação para a classe de credores em que esta está enquadrada, classe III (vide nota 7).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - (i) Aspectos gerais - A conclusão destas demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Reunião da Diretoria em 13 de março de 2015. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (ii) **Principais práticas contábeis** - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: a) **Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira** - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) **Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. O valor recuperável

de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. c) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. d) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i. A seleção de vidas úteis e a análise de recuperação do ativo imobilizado e ativos intangíveis; ii. A provisão para créditos de liquidação duvidosa; iii. A provisão para perdas no estoque; iv. A provisão para perdas nos investimentos; v. O imposto de renda e contribuição social diferidos; vi. A provisão para contingências; vii. A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; viii. As estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. e) **Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada** - A Companhia concede aos colaboradores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. f) **Consolidação** - A Companhia controla a investida quando está exposta a, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. g) **Pronunciamentos novos ou revisados** - Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/IFRIC e se aplicam pela primeira vez em 2014, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória. • IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017) - O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. • Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016) - Método de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

• Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas - A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.

• Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016) - Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

• Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016) - Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão. A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da sua controlada direta Logipal Trade S.A.. A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2014	2013	2014	2013
Controladora	73.158	67.878	5.280	6.195
Baixa do diferido (a)	(1.416)	(2.058)	-	-
Reversão da amortização do diferido (a)	-	-	642	790
Consolidado	71.742	65.820	5.922	6.985

(a) A Companhia optou pela manutenção do ativo diferido até a sua amortização total, conforme permitido pela deliberação nº 565 da CVM, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

5. Gestão de risco financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro - A Companhia está exposta aos seguintes riscos: (a) **Gestão de risco de capital** - A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país. A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima, tal como o custo do endividamento, além de poder promover ajustes na política de pagamento de dividendos aos acionistas. (b) **Exposição a riscos de commodities** - A Companhia está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A Companhia procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional. (c) **Exposição a riscos cambiais** - Alguns empréstimos e financiamentos, insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de commodities, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. (d) **Exposição a riscos de taxas de juros** - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário. (e) **Exposição a riscos de crédito** - As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a controlada fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a controlada mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a controlada tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. (f) **Análise de sensibilidade de variações no CDI e TJLP** - Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2014, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários, possível e remoto, são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Taxa cenário provável	Efeito no resultado		
			Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	Variação da TJLP	5,00%	(11)	(12) / 12	(14) / 14
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	10,8%	(602)	(728) / 728	(853) / 853
Instrumentos financeiros derivativos ("Swap")	Variação do CDI	10,8%	(3.235)	(3.876) / 3.876	(4.516) / 4.516
Aplicações financeiras	Variação do CDI	10,8%	611	745 / (745)	879 / (879)
Efeito líquido total			(3.237)	(3.871) / 3.871	(4.504) / 4.504

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

5.2 Instrumento financeiro por categoria - Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são:

- Mensurados a valor justo por meio do resultado: são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.
- Os equivalentes de caixa (aplicações financeiras) e instrumentos financeiros derivativos são classificados nesta categoria.
- Empréstimos e recebíveis: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nesta categoria.
- Outros passivos financeiros: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores, parcelamento de tributos e empréstimos e financiamentos são classificados nesta categoria. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Contas a receber de clientes	18.996	16.272	-	-	18.996	16.272
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.894	1.016	1.894	1.016
Valores a receber de partes relacionadas	18.614	1.745	-	-	18.614	1.745
Depósitos judiciais	4.234	3.121	-	-	4.234	3.121
Caixa e equivalentes de caixa	325	348	4.967	14.352	5.292	14.700
	42.169	21.486	6.861	15.368	49.030	36.854

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Contas a receber de clientes	19.096	16.312	-	-	19.096	16.312
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.894	1.016	1.894	1.016
Depósitos judiciais	4.234	3.121	-	-	4.234	3.121
Caixa e equivalentes de caixa	677	644	4.967	14.352	5.644	14.996
	24.007	20.077	6.861	15.368	30.868	35.445

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	41.070	31.124	41.070	31.124
Parcelamento de tributos	-	3.694	-	3.694
Valores a pagar a partes relacionadas	4	4	4	4
Fornecedores	5.322	12.725	5.444	12.799
	46.396	47.547	46.518	47.621

5.3 Hierarquia de valor justo - A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:	Hierarquia do valor justo		Controladora e Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.894	-	1.016
Aplicações financeiras	Nível 1	4.967	-	14.352
Total		6.861	-	15.368

6. Caixa e equivalente de caixas - Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Instituição	Tipo	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos conta movimento			325	348	677	644
Aplicações financeiras:		100% a 103% CDI				
Itaú/ Santander	Debêntures		4.967	6.810	4.967	6.810
Banrisul	CDB		-	7.542	-	7.542
Sub-total (Aplicações)			4.967	14.352	4.967	14.352
Total			5.292	14.700	5.644	14.996

7. Contas a receber - A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes nacionais	12.449	10.559	12.549	10.599
Clientes no exterior	465	225	465	225
Empresas ligadas	9.385	8.791	9.385	8.791
	22.299	19.575	22.399	19.615
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.303)	(3.303)	(3.303)	(3.303)
Total	18.996	16.272	19.096	16.312
Ativo circulante	15.708	12.984	15.808	13.024
Ativo não circulante (a)	3.288	3.288	3.288	3.288

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	15.424	12.981	15.524	13.021
Vencidas 1-30 dias	204	-	204	-
Vencidas 31-60 dias	61	-	61	-
Vencidas 61-90 dias	8	-	8	-
Vencidas há mais de 90 dias	6.602	6.594	6.602	6.594
Total	22.299	19.575	22.399	19.615

(a) Refere-se a contas a receber decorrente de vendas efetuadas para a GPC Química S.A., parte relacionada, que em conjunto com sua controlada GPC Participações S.A. encontra-se em processo de recuperação judicial. Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia constituiu provisão de R\$ 2.812 para perdas na realização deste crédito. A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto e é considerada suficiente pela Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em questão. A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	(3.303)	(318)
Adições	-	(2.985)
Em 31 de dezembro	(3.303)	(3.303)

8. Estoques (Controladora e Consolidado) - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	2014	2013
Produtos acabados	13.559	11.462
Matérias-primas e embalagens	2.012	3.604
Almoxarifado	3.858	3.824
Total	19.429	18.890

9. Tributos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	2014	2013
Circulante		
ICMS a recuperar operações - Camaçari	1	1.399
Tributos federais	2.213	2.691
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	53	172
Total	2.267	4.262
Não circulante		
ICMS a recuperar operações - São Paulo	5.237	6.010
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	52	14
Finsocial e outros tributos a recuperar	393	957
Total	5.682	6.981

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 5.237 (2013 - R\$ 6.010), refere-se a créditos acumulados pela Companhia pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas. Em 13 de fevereiro de 2013, a controlada obteve sentença favorável reconhecendo o crédito acumulado de ICMS com autorização de uso do mesmo. A Fazenda do Estado de São Paulo recorreu da decisão, porém, com base na avaliação dos consultores jurídicos, as chances de reversão do julgado são mínimas, tendo em vista a periclitada que foi realizada nos autos, não deixou dúvidas quanto ao direito ao crédito. A Administração da Companhia, com base na expectativa de êxito na demanda judicial, pretende realizar o crédito através de transferência às partes relacionadas, a terceiros, ou compensando com ICMS pago na importação de matéria-prima.

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em controlada: Logipal Trade S.A.	331	262	-	-
Outros investimentos	646	646	646	646
Total	977	908	646	646

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Os dados da controlada e a movimentação do investimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014	2013
Capital social	17	17
Patrimônio líquido	331	262
Lucro líquido do exercício	69	68
% de Participação acionária	100%	100%
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	69	68
Valor do investimento	331	262

Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização. **11. Imobilizado (Controladora e Consolidado)** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas no quadro abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Adoção do custo atribuído (deemed cost)** - Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência com o IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado (deemed cost) somente para as classes de ativos a saber: i. Máquinas e equipamentos - unidade produtiva de metanol, R\$ 13.889; ii. Máquinas e equipamentos - unidade produtiva de formol, R\$ 3.537; iii. Terrenos, R\$ 4.099. **Garantias envolvendo imobilizados** - A Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 11.493 (2013 - R\$ 24.670). **Planta paralisada e provisão para perdas** - A Companhia possui ativo imobilizado líquido referente a planta de monopentaeritril da unidade de Camaçari - BA, paralisada desde 2007, no montante de R\$ 2.710, líquido de provisão para perdas (2013 - R\$ 5.454), cujos ativos estão sendo depreciados, e cujos bens encontram-se em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros. Em 2014, a Companhia registrou provisão para perdas relativas à parte das instalações da referida planta que não serão reativadas no montante de R\$ 1.886. Estudos estão sendo concluídos pelo corpo técnico da Companhia, na busca de uma solução definitiva que viabilize o retorno da planta. A recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração.

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

	2012	Adições	Baixas	2013	Adições	Baixas	2014
Custo							
Terrenos	4.322	-	-	4.322	-	-	4.322
Edificação e benfeitorias	7.676	578	-	8.254	270	-	8.524
Máquinas e equipamentos	144.698	2.701	(82)	147.317	7.928	-	155.245
Veículos	65	-	-	65	14	(23)	56
Móveis e utensílios	1.662	50	-	1.712	16	-	1.728
Computadores e periféricos	3.607	71	-	3.678	180	-	3.858
Almoxarifado	3.264	-	(36)	3.228	73	(1.088)	2.213
Outros	88	-	-	88	-	-	88
Total do custo	165.382	3.400	(118)	168.664	8.481	(1.111)	176.034
Depreciação							
Edificações e benfeitorias	3	(4.923)	(152)	(5.075)	(152)	-	(5.227)
Máquinas e equipamentos	5	(90.193)	(6.493)	(96.686)	(10.394)	-	(107.080)
Veículos	20	(64)	(1)	(65)	(1)	23	(43)
Móveis e utensílios	10	(1.508)	(46)	(1.554)	(40)	-	(1.594)
Computadores e periféricos	20	(3.162)	(115)	(3.277)	(129)	-	(3.406)
Total da depreciação	(99.850)	(6.807)	-	(106.657)	(10.716)	23	(117.350)
(-) Provisão para perda	-	-	-	-	(1.886)	-	(1.886)
Total	65.532	(3.407)	(118)	62.007	(4.121)	(1.088)	56.798

12. Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Modalidade e encargos anuais

	2014	2013
Moeda nacional:		
Ativo imobilizado - 1,4% a.a. nas operações de fiança, e de até 1,05% a.m. nas operações de leasing financeiro. (i)	119	224
Ativo imobilizado - TJLP + 1,20% a.a. a 3,40% a.a. (i)	280	823
Capital de giro - CDI + 1,20% a.a. a 3,10% a.a. (ii)	16.202	11.450
Moeda estrangeira:		
Capital de giro - FINIMP - 4,23% a 4,9% a.a. (ii)	24.469	18.627
	41.070	31.124
Passivo circulante	25.619	22.122
Passivo não circulante	15.451	9.002

(i) A garantia para essas operações são os próprios bens adquiridos. (ii) A garantia para essas operações é o aval da controladora Metanor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a controlada não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	2014	2013
2015	-	8.802
2016	9.650	200
2017	5.801	-
Total	15.451	9.002

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 01 de janeiro de 2013	12.810	5.096	6.625	12	24.543
Ingressos	5.434	5.434	11.434	5.202	27.504
Encargos	1.935	-	565	-	2.500
Variação cambial	4	-	1.721	379	2.104
Transferências	7.121	(7.121)	-	-	-
Amortizações	(18.226)	-	(7.301)	-	(25.527)
Em 31 de dezembro de 2013	9.078	3.409	13.044	5.593	31.124
Ingressos	4.564	9.436	9.068	8.578	31.646
Encargos	1.521	-	1.005	-	2.526
Variação cambial	-	3	1.986	738	2.727
Transferências	3.402	(3.402)	8.904	(8.904)	-
Amortizações	(11.410)	-	(15.543)	-	(26.953)
Em 31 de dezembro de 2014	7.155	9.446	18.464	6.005	41.070

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui instrumentos de *swap* para proteção da totalidade das operações de FINIMP com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

13. Transações entre partes relacionadas (Controladora e Consolidado)

	Metanor		GPC Química S.A.		Petrobras S.A		Petrobras Biocombustível S.A		2014	2013
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Ativo circulante										
Contas a receber	-	-	-	-	483	376	2.802	2.315	3.285	2.691
Ativo não circulante										
Contas a Receber (Nota 7 (a))	-	-	6.100	6.100	-	-	-	-	6.100	6.100
Mútuo (iii)	18.614	1.745	-	-	-	-	-	-	18.614	1.745
Passivo não circulante										
Mútuo	4	4	-	-	-	-	-	-	4	4
Resultado										
Compras	-	-	-	-	10.813	12.249	-	-	10.813	12.249
Vendas (i)	-	-	106	2.339	3.169	185	30.235	3.641	33.510	6.165
Despesas gerais e administrativas (ii)	-	-	-	-	1.522	2.660	-	-	1.522	2.660

(i) Referem-se às vendas de metanol realizadas pela Companhia para suas controladoras GPC Química S.A.; Petrobras S.A. e Petrobras Biocombustível S.A., ademais, vendas de Formaldeído (Formol) para a controladora Petrobras S.A.. (ii) Despesas relativas aos honorários de funcionários cedidos pela Petrobras S.A., os quais são pagos pela Companhia, através de notas de débito. (iii) Mútuo existente entre a Companhia e a controladora Metanor atualizado com base em 100% da variação do CDI e sem prazo determinado de vencimento. Deste valor, R\$ 9.930 refere-se à transferência de saldo de prejuízo fiscal da Companhia para sua controladora (vide Nota 16). As operações com partes relacionadas são realizadas conforme pactuado entre as partes, nas datas em que são efetuadas e levam em consideração os volumes envolvidos. A Companhia registra até 31 de dezembro de 2014 o montante global de R\$ 2.217 (2013 - R\$ 2.487) de despesas com honorários dos Administradores e Diretoria Executiva. A controlada não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

As operações foram contratadas nas seguintes condições:

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
2013 e 2014	2015 a 2017	9.834	23.573	Variação cambial + 4,23 a 4,9% a.a.	2,3% a 3,38% a.a. + CDI

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de *swap* de moeda e taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$ 1.894, registrado na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

	2014	2013
Swaps (ponta ativa)	24.469	18.635
Swaps (ponta passiva)	22.575	17.619
	1.894	1.016
Circulante	1.371	826
Não circulante	523	190

A movimentação do derivativo para o exercício é como segue:

	2014	2013
Saldos em 1º de janeiro	1.016	-
Liquidação	480	-
Perda	(2.730)	(1.249)
Ganho	3.128	2.265
Saldos em 31 de dezembro	1.894	1.016

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não utilizou a metodologia de "hedge accounting" para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

14. Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado) - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. a) **Imposto de renda e contribuição social corrente** - A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da alíquota vigente combinada de 34%:

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(6.880)	9.448
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	2.340	(3.312)
Adições permanentes	(91)	(142)
Adições temporárias		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(822)	(17)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.015)
Provisão para perda no imobilizado	(641)	-
Outras	(20)	-
Exclusões		
Ajustes RTT	(345)	(345)
Efeito fiscal na baixa do ativo diferido	218	268
Compensação de prejuízos fiscais	-	1.421
Créditos fiscais não reconhecidos	(899)	-
Outros	260	(171)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.213)
Incentivo Fiscal SUDENE	-	405
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído (Nota 14 (d))	344	345
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa (Nota 16)	12.458	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.802	345
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.802	(2.463)

b) **Incentivo fiscal** - A Companhia gozou do benefício de redução de 12,5% no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2013 do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações, bem como sobre a produção do formaldeído estabelecido a controlada gozou de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 e 2013. c) **Tributos diferidos ativos** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui prejuízos fiscais, base negativa de CSSL e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 59.422 (2013 - R\$ 96.467), R\$ 19.688 (2013 - R\$ 45.138) e R\$ 9.820 (2013 - R\$ 2.342), respectivamente sobre os quais não foram constituídos ativos fiscais diferidos em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto a geração de resultados tributáveis futuros. d) **Tributos diferidos passivos** - A Companhia constituiu Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (*deemed cost*) conforme descrito na Nota 11 e cuja movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Em 1º de janeiro	(5.564)	(5.909)
Realização dos impostos diferidos	344	345
Em 31 de dezembro	(5.220)	(5.564)

e) **Adoções aos aspectos da Lei nº 12.973/2014** - A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Controladora e Consolidada)

Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.323
Adições	140
Baixas	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.366
Adições	3.224
Baixas	(799)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.791

Trabalhistas e cíveis - a) **Cláusula quarta** - Em 2012, a Companhia assinou acordo entre as partes referente ao processo denominado "Cláusula 4ª" e desta forma, constituiu provisão no montante de R\$ 5.647 sendo R\$ 3.976 a pagar para os funcionários e ex-funcionários e o restante no montante de R\$ 1.671 referente às custas e honorários advocatícios a serem pagos em 4 (quatro) parcelas anuais, remanescendo saldo de R\$ 1.375 correspondente à 4ª parcela a ser paga até julho de 2015 corrigida pela taxa de até 1,17% a.a.. Em 31 de dezembro de 2014, remanesce ainda ação de um empregado que não aceitou o acordo e continuará com o processo. Os advogados contratados pela Companhia estimam que as chances de êxito relacionadas a esse processo são possíveis, portanto, nenhuma provisão adicional foi constituída. b) **Outras demandas trabalhistas e cíveis** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era parte em ações indenizatórias e trabalhistas, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$ 10.669 (2013 - R\$ 10.807) cujas chances de êxito, baseada na opinião dos advogados contratados pela Companhia, são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Para os processos classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Companhia e sua controlada mantêm provisão de R\$ 3.791 em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 1.366). **Fiscal** - a) **Multa isolada - CSL** - A Companhia possuía alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. Em recente Acórdão, proferido em processo administrativo da Companhia, o CARF determinou o cancelamento do lançamento da multa isolada, tendo em vista a aplicação da multa de ofício. Tal decisão transitou em julgado, sendo afastada a cobrança da multa isolada. b) **Outros tributos** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía processos fiscais no montante de R\$ 10.397 (2013 - R\$ 9.623), que, baseada na opinião dos advogados responsáveis pela defesa, as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras. **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui depósitos judiciais relativos a causas cíveis, trabalhistas e tributárias nos montantes de R\$ 4.234 (2013 - R\$ 3.121). **16. Parcelamento de tributos (Controladora e Consolidado)** - Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais e com a edição da Lei nº 12.865/13, que reabriu a possibilidade de parcelamento, a Companhia efetuou a adesão a esses parcelamentos para os débitos relativos à contribuição social e outros tributos que já se encontravam inscritos em dívida ativa, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Em 18 de novembro de 2014, a Companhia liquidou os saldos remanescentes referentes

aos parcelamentos conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	3.694	3.808
Atualização SELIC no exercício	281	134
Amortizações	(362)	(248)
Liquidação:		
Em espécie	(1.085)	-
Com base negativa	(2.528)	-
Em 31 de dezembro	-	3.694
Passivo Circulante	-	344
Passivo não Circulante	-	3.350

Ainda conforme previsto em Lei, a Companhia transferiu para sua controladora Metanor saldo de prejuízo fiscal para pagamento de débitos parcelados por esta no montante de R\$ 9.930. **17. Patrimônio líquido** - a) **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 112.960, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está representado por 6.659.842.229 ações sem valor nominal, sendo 2.794.013.037 ordinárias, 3.618.529.033 preferenciais classe "A", 8.960 preferenciais classe "B" e 247.291.199 preferenciais classe "C". As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações respectivas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais. b) **Reserva legal** - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. c) **Reserva de capital** - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui registrado reserva de capital no montante de R\$ 16.128, correspondente a reserva de incentivo fiscal do imposto de renda reconhecida até 31 de dezembro de 2007 diretamente no patrimônio líquido. d) **Ajuste de avaliação patrimonial** - Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foram objeto. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 10.136 (2013 - R\$ 10.803). **18. Custo de ociosidade** - A Companhia vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas ou não, no resultado do exercício, alocadas no grupo de despesas operacionais, no montante de R\$ 2.019 (2013 - R\$ 2.030). **19. Plano de pensão - previdência privada** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano Provisor de Benefício Definido), saldado e que não permite novas adesões, com 50 (2013 - 50) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Provisor de Contribuição Definida) com 177 (2013 - 177) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora PREVINOR, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O plano Provisor BD contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte. O plano Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custeio. As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 1.014 (2013 - R\$ 793). Em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/12 que aprovou o CPC 33 (R1) os planos de pensão foram submetidos a avaliação atuarial anual, por Atuarário Independente, cujos resultados estão apresentados a seguir: Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	9.327	8.870	117	72
Valor justo dos ativos do plano	(18.158)	(16.638)	(271)	(247)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(8.831)	(7.768)	(154)	(175)
Efeito do limite de reconhecimento de ativo de benefício definido	8.831	7.768	154	175
Passivo / (Ativo) atuarial líquido	-	-	-	-

Valores reconhecidos no resultado:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	15	13
Juros sobre as obrigações atuariais	1.124	1.020	8	6
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.150)	(1.292)	(31)	(20)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	1.026	272	23	14
Contribuições de participante no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	-	-	15	13

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valor das obrigações no início do ano	8.870	12.108	72	79
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	15	13
Juros sobre obrigação atuarial	1.124	1.020	8	6
Benefícios pagos no ano	(690)	(624)	(4)	-
Obrigações - (G)/P	23	(3.634)	26	(26)
(i) Mudança nas premissas financeiras	423	(3.672)	23	(9)
(ii) Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	(400)	38	3	(17)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	9.327	8.870	117	72

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valor justo dos ativos no início do ano	16.638	15.243	247	236
Benefícios pagos no ano	(690)	(624)	(4)	-
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	2.150	1.292	31	20
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	60	729	(3)	(9)
Valor justo dos ativos no final do ano	18.158	16.638	271	248

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

Taxa anual de juros	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Rendimento de longo prazo dos ativos	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Inflação de longo prazo	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Projeção de crescimento salarial	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,63% a.a.	7,36% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.

Tábua de mortalidade geral	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0 a 10 SM = 0,45/(TS+1) 10 a 20 SM = 0,30/(TS+1)+ 20 SM = 0,15/(TS+1)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Suavizada em 10% - (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)	AT-2000 Suavizada em 10% - (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)
Tábua de entrada em invalidez	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex

As taxas esperadas de retorno dos ativos dos planos BD e CD são dados com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada segmento. Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados a inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGPM) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados. A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 6,5% para o ano de 2014 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2014 é de 13,07%. O retorno real dos ativos do plano no ano de 2014 foi de R\$ 2.210 para o Plano BD e de R\$ 28 para o Plano CD.

Evolução Patrimonial	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
1 (Ganho)/Perda no período	(60)	(729)	(3)	(9)
2 (Ganho)/Perda em % do patrimônio	(0,330%)	(4,382%)	(1,093%)	(3,566%)
Evolução das Obrigações				
1 (Ganho)/Perda no período	23	(3.634)	26	(26)
2 (Ganho)/Perda em % da obrigação	0,245%	(40,966%)	22,284%	35,261%
3 Mudança nas premissas financeiras	423	(3.673)	23	(9)
Resultado do Plano				
1 Obrigação Atuarial	9.327	8.870	118	72
2 Valor justo dos ativos	(18.158)	(16.638)	(271)	(247)
3 Resultado do plano	(8.831)	(7.768)	(153)	(175)
4 Efeito do limite	8.831	7.768	153	175
5 Resultado do plano	-	-	-	-

A entidade elabora um estudo de ALM para gerenciamento de risco dos planos. Relativamente à Parte de Risco, não houve previsão de recolhimento de contribuições no exercício de 2014 e pelos resultados não deverá haver para o exercício de 2015. Fluxo de pagamentos para os próximos 10 anos. Relativamente aos participantes em atividade no Plano BD estima-se em 10 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos têm vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesas
2015	791
2016	834
2017	880
2018	928
2019	978
2020 a 2024	5.824

Para o Plano CD a estimativa passa a ser 12 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos têm vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesas
2014	33
2015	30
2016	27
2017	25
2018	26
2019 a 2023	116

A seguir apresentamos o teste de sensibilidade utilizado na correção da taxa de desconto com acréscimo e decréscimo de 0,5%.

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Efeito com o aumento de 0,5% no custo do serviço corrente	-	-	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no custo dos juros	(14)	(13)	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no valor presente das obrigações	(454)	(424)	(3)	(1)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no custo do serviço corrente	-	-	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no custo dos juros	15	14	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no valor presente das obrigações	499	465	3	1

A tabela abaixo apresenta o teste de sensibilidade da tábua de mortalidade utilizando uma suavização de 10%.

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Efeito no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito no Custo dos Juros	-	16	-	-
Efeito no Valor Presente das Obrigações	-	117	-	-

* Comparativamente ao exercício anterior, foi alterada a tábua de mortalidade geral que passou de AT-2000 básica (sex) para AT-2000 suavizada em 10% (sex).

20. Coberturas de seguros - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Modalidade de seguro	Data da vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/15	185.467
Responsabilidade civil geral	01/03/16	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/16	2.000
Veículos	31/10/15	150 (RCFV) por veículo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Receita operacional líquida - Reconhecimento da Receita - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Impostos sobre vendas - As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de vendas de:				
Metanol produzido	84.668	86.649	84.668	86.649
Formaldeído produzido	47.094	40.981	47.094	40.981
Hexametilenotetramina produzido	18.638	15.508	18.638	15.508
Revendas de diversos produtos (i)	70.449	112.580	70.937	112.975
Receita bruta de vendas	220.849	255.718	221.337	256.113
Impostos sobre vendas	(37.105)	(43.575)	(37.105)	(43.575)
Receita operacional líquida	183.744	212.143	184.232	212.538

(i) Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia efetua revenda de produtos, a maior parte desta receita é proveniente da revenda de metanol (aproximadamente 78% do saldo).

22. Custo dos produtos vendidos e receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos:				
Matéria-prima	(123.065)	(142.122)	(123.520)	(142.474)
Custos diretos	(13.066)	(11.411)	(13.066)	(11.411)
Custos indiretos	(4.237)	(3.912)	(4.237)	(3.912)
Depreciação	(9.144)	(5.927)	(8.502)	(5.137)
Tratamento de efluentes	(781)	(865)	(781)	(865)
Utilidades (Energia elétrica e água)	(1.836)	(1.732)	(1.836)	(1.732)
Total	(152.129)	(165.969)	(151.942)	(165.531)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e comissões	(1.934)	(2.120)	(1.934)	(2.124)
Fretes e carretos	(10.704)	(10.443)	(10.704)	(10.443)
Total	(12.638)	(12.563)	(12.638)	(12.567)

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Gerais e administrativas:		
Pessoal	(5.731)	(5.573)
Serviços de terceiros (i)	(1.794)	(1.550)
Conservação e manutenção	(1.110)	(1.042)
Viagens	(385)	(301)
Tributos	(495)	(430)
Aluguéis e leasing	(224)	(195)
Depreciação e amortização	(525)	(467)
Outras	(982)	(767)
Total	(11.246)	(10.325)

(i) Refere-se principalmente a gastos com segurança, manutenção predial e assessoria jurídica.

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Outras despesas operacionais, líquidas		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.985)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.424)	(49)
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado	(1.088)	(118)
Provisão para perdas de imobilizado	(1.886)	-
Outras despesas, líquidas	(416)	(244)
Total	(5.814)	(3.396)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.036	667	1.036	667
Ganhos com instrumentos financeiros	3.128	2.265	3.128	2.265
Outras receitas financeiras	50	51	50	51
Total das receitas financeiras	4.214	2.983	4.214	2.983
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.526)	(2.500)	(2.526)	(2.500)
Perdas com instrumentos financeiros	(2.730)	(1.249)	(2.730)	(1.249)
Despesas bancárias	(34)	(30)	(35)	(31)
Juros sobre impostos parcelados	(281)	(206)	(281)	(206)
Outras	(558)	(968)	(558)	(968)
Total	(6.129)	(4.953)	(6.130)	(4.954)
Variação cambial, líquida	(3.136)	(3.463)	(3.099)	(3.433)
Resultado financeiro	(5.051)	(5.433)	(5.015)	(5.404)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

24. Resultado por ação - Demonstramos a seguir o cálculo do lucro básico por ação:

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	5.280	6.195
Média ponderada de ações:		
Ordinárias	2.794.013.037	2.794.013.037
Preferenciais "A"	3.618.529.033	3.618.529.033
Preferenciais "B"	8.960	8.960
Preferenciais "C"	247.291.199	247.291.199
Lucro básico e diluído por ação:		
Ordinárias	0,0002	0,0003
Preferenciais "A"	0,0012	0,0014
Preferenciais "B"	0,0012	0,0014
Preferenciais "C"	0,0012	0,0014

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores Executivos da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual.

Camaçari, 17 de março de 2015.

Eduardo Autran de Almeida Junior - Diretor Presidente.

Emílio Salgado Filho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Os Diretores Executivos da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste examinaram, reviram, discutiram e concordam, quanto às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2014, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados dos exercícios, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, ante as informações prestadas pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Relatório de Revisão Especial da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; aprovaram e concordam com os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Camaçari, 17 de março de 2015.

Eduardo Autran de Almeida Junior - Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Theodoros Panagiotis Marcopoulos
Presidente

Amin Alves Murad
Vice-Presidente

CONSELHEIROS

Alcides Morales Filho
Arthur Ortiz de Araújo
João Carlos Peixoto de Castro Palhares
Antonio Carlos Pereira Maia

DIRETORIA

Eduardo Autran de Almeida Junior
Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Emanuel Alberto Nunes de Almeida
Gerente Corporativo

Paulo César Lôbo Souza
Contador - CRC-14.556-BA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste - Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases - Conforme mencionado na Nota 9, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2014 saldo de ICMS a recuperar no montante de R\$ 5.237 mil (R\$ 6.010 mil em 2013), registrado no ativo não circulante. A Administração da Companhia está discutindo judicialmente com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a autorização de uso do mesmo através de transferência a partes relacionadas, a terceiros ou compensação com ICMS pago na importação de matéria-prima. A realização desse crédito depende do sucesso dessas discussões que atualmente se encontram em andamento. Conforme mencionado na Nota 11, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2014 ativo imobilizado líquido no montante de R\$ 2.710 mil (R\$ 5.454 mil em 2013) referente à planta industrial na unidade de Camaçari - BA paralisada desde 2007. Os ativos desta planta encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da Companhia ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações a serem implementadas pela Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Salvador, 13 de março de 2015.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0